

Aracaju, 08 de março de 2019
Dia Internacional de Lutas das Mulheres

**Exmo. Sr.
Belivaldo Chagas
Governador do Estado de Sergipe**

Senhor Governador,

Desde o governo golpista do ex-presidente Michel Temer (MDB), nós, mulheres trabalhadoras, temos tido os nossos direitos sociais sob a mira de ataques sistemáticos: reforma trabalhista, congelamento por 20 anos de investimentos nas áreas sociais (incluindo educação pública e saúde pública), incentivo à terceirização e privatização (inclusive de áreas ambientais), tentativa de retrocesso no direito a aposentadoria, e outros incontáveis ataques.

Agora, o governo Bolsonaro demonstra que pretende não só dar continuidade a esse projeto atroz, como também buscar o aprofundamento das políticas ultraliberais e reacionárias iniciadas pelo governo anterior. As tentativas de sequestro de direitos da classe trabalhadora já são notórias, tais como: a extinção do Ministério do Trabalho, proposta de criação de carteira de trabalho especial para trabalhadores temporários e a Reforma da Previdência, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Diante desse contexto, ideias reacionárias ganham expressão e nesse emaranhado de forças é notório que as opressões são direcionadas e possuem classe, cor, gênero e sexualidade. O governo Bolsonaro significa pras mulheres brasileiras uma aliança do patriarcado com a classe rentista e com os banqueiros para colocar em prática um projeto de país pautado na superexploração e na repressão das trabalhadoras e trabalhadores, tudo alicerçado numa agenda moralista e de censura ideológica. Os exemplos disso são vários: o desarquivamento da (PEC) 29/2015 (PEC 181/2015), que representa retrocesso da legalização do aborto a mulheres em situação de gestação que ofereça risco de vida a mulher e em casos de estupro; o corte de verbas na saúde e educação - significando menos creches, aumento nos índices de violência obstétrica, etc.; aumento de tempo de trabalho para a aposentadoria das mulheres - precariedade ainda maior nas relações trabalhistas, dentre muitos outros.

E não para por aí! Contrariando toda a lógica de um cuidado humanizado em saúde, a nota técnica nº 11/2019 divulgada recentemente pelo Ministério da Saúde, assegura recursos Públicos para o financiamento de Instituições hospitalares e compra de equipamentos para o tratamento com eletrochoque, que provocou no passado, diversos danos à saúde das pessoas, inclusive levando vários pacientes a óbito. Com relação ao cuidado das pessoas com dependência química, viabiliza que

o tratamento seja realizado por Instituições religiosas, desconsiderando a complexidade do sofrimento psíquico, assim como caráter biopsicossocial do processo de Saúde/ doença.

O desemprego ainda se mostra uma realidade cruel e atinge principalmente as mulheres - muitas das quais são as provedoras das famílias – as quais são as primeiras a serem demitidas, pois podem engravidar e “onerar” a empresa. A situação se agrava para a mulher negra, que recebe os salários mais baixos do país e realiza os trabalhos mais precários. Para piorar, a proposta de reforma da previdência muito prejudica a nós, mulheres trabalhadoras, pois, além de prever 40 anos e contribuição para a aposentadoria integral, a idade mínima para aposentadoria passará para 62 anos, quase a mesma idade dos homens. O argumento é que as mulheres vivem mais que os homens, mas não se considera as múltiplas jornadas enfrentadas por elas no seu dia a dia. Em pesquisa divulgada pelo IBGE, no terceiro trimestre de 2018, Sergipe apresentou a segunda maior taxa de desocupação dos estados brasileiros, apresentando um índice de 17,5%, e dentre as capitais, Aracaju ocupou a terceira posição com 16,9%. A taxa de desocupação é maior entre as mulheres com um percentual de 19%, enquanto para os homens a taxa estava em 16,3%. Em termos percentuais, o desemprego na população feminina era 16,6% mais elevado que o desemprego na população masculina.

Outra questão que vale destacar é o Mapa da Violência Contra a Mulher de 2018, este expoe o quão entristecedor é o atual cenário: a cada 17 minutos uma mulher é agredida fisicamente no Brasil. De meia em meia hora uma mulher sofre violência psicológica ou moral. A cada 3 horas, alguém relata um caso de cárcere privado. No mesmo dia, oito casos de violência sexual são descobertos no país, e toda semana 33 mulheres são assassinadas por parceiros antigos ou atuais. O ataque é semanal para 75% das vítimas, situação que se repete por até cinco anos. Essa violência também atinge a parte mais vulnerável da família, pois a maioria dessas mulheres é mãe e os filhos acabam presenciando ou sofrendo as agressões. O relatório do Atlas da Violência de 2018 mostra um aumento da taxa de homicídio de mulheres sergipanas no período de 2006 à 2016. Em 2006 Sergipe apresentava um índice de 3,9, já em 2016 esse índice subiu para 5,2 a cada 100 mil habitantes. Apesar desses índices não estarem entre os maiores no Brasil, precisamos ressaltar que também não está entre os menores, reafirmando a necessidade de construção de políticas públicas de combate à violência contra a mulher em nosso estado.

Em janeiro do corrente ano, a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe divulgou um levantamento e informou que durante o ano de 2018 foram registrados 37 casos de homicídios dolosos contra a mulher, 43,2% deles foram tipificados como feminicídios. Foram registrados 4.393 casos de violência nas delegacias da Mulher das cidades de Aracaju, Itabaiana, Lagarto e Estância, e o tipo de violência com maior índice de notificação foi a ameaça (36%), seguida de violência doméstica (18%), lesão corporal (17,7%) e injúria (13,9%).

As estatísticas são ainda mais violentas para a mulher negra, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2018, a taxa de homicídios de mulheres negras no Brasil foi de 5,3 por 100 mil habitantes. O Atlas da violência cita também que em dez anos, a taxa de assassinatos de mulheres negras aumentou 6,4%. De acordo com o índice de vulnerabilidade juvenil à violência, mulheres negras jovens (15 a 29 anos) possuem o dobro de chance de serem mortas no comparativo com a mulher branca. E de modo geral, no Brasil, para negros o assassinato cresce 23% ao ano, para brancos cai 6,8%, nessa estatística, segundo o El País o estado de Sergipe fica entre as maiores taxas de assassinatos de negros 79 por 100 mil habitantes.

Ainda segundo o dossiê de Assassinatos e Violências em 2018, divulgado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais), Sergipe está em segundo lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans por estado, proporcional a população trans. As questões de gênero se reforçam e demonstram que, no país, 97,5% (aumento de 3% em relação a 2017) dos assassinatos foram contra pessoas trans do gênero feminino (158 casos).

Diante de todo esse cenário, não poderíamos deixar de externar a nossa preocupação com a extinção da Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres (CEPPM), um importante espaço de articulação das políticas que visa garantir a igualdade de gênero, essa medida é um retrocesso para o conjunto das mulheres sergipanas, que lutam diariamente por seu espaço na sociedade. Gostaríamos de destacar também o não funcionamento dos Centros de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência (CREAMs) e as poucas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em todo o estado.

Mediante essas situações precárias que persistem e tendem a aumentar, nós mulheres sergipanas, organizadas em diversos movimentos sociais, sindicais, partidos, viemos através desta carta pública, exigir algumas medidas a serem tomadas nos seguintes aspectos:

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

- Garantia da melhoria das condições de trabalho para as trabalhadoras da DAGV da capital, e que esta funcione em dias de feriados e fins de semana, onde são registrados aumento no número de ocorrências, bem como a garantia do funcionamento das DAGVs nas cidades pólos do interior do estado;

- Atendimento humanizado e capacitação permanente para servidoras das delegacias, sobre violência de gênero, Cultura do Estupro, Machismo, Misoginia e Patriarcado;
- Construção de Delegacia Exclusiva de Atendimento à Mulher em Aracaju e ampliação do atendimento às mulheres vítimas de violência em todo o estado
- Garantia que o IML realize Exames de Corpo de Delito no mesmo dia da Ocorrência;
- Efetivação da Lei Maria da Penha, agilização dos processos do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;
- Reestruturação da Casa da Mulher Brasileira com a retomada de serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência;
- Criação da coordenadoria da mulher do governo do estado com status de secretariado para que essa possa junto aos movimentos sociais e toda sociedade civil e demais instituições pautar uma política de enfrentamento a violência contra a mulher em nosso estado.

MORADIA, EMPREGO E RENDA

- Garantia a moradia digna, para população sem teto e moradoras de ocupações de moradia urbanas ou rurais, áreas periféricas com creches e lavanderias populares.
- Garantia de Programa de Geração de Emprego e Renda exclusivo para as mulheres desempregadas sergipanas, com igualdade de remuneração em relação aos homens;
- Garantia de acesso e ampliação de creches e escolas públicas, com investimento necessário para melhorias na qualidade, infraestrutura e valorização do corpo docente;
- Garantia de transporte público de qualidade, incluindo mais linhas de ônibus para as zonas periféricas;
- Fomentar que empresas seja elas públicas ou privadas ofereçam uma política de equidade em seus espaços.
- Valorização dos servidores públicos estaduais que em sua maioria são constituídos por mulheres.

MULHERES DO CAMPO, RIBEIRINHAS E QUILOMBOLAS

- Garantia às mulheres camponesas de acesso à água potável, não só para uso pessoal como também em projetos de irrigação, obedecendo o enquadramento funcional de águas CONAMA 357;
- Garantia de crédito para produção agroecológica realizada por mulheres;
- Programas de incentivo a agricultura familiar;
- Lei contra pulverização aérea de agrotóxicos;

- Demarcação e reconhecimento das terras quilombolas e dos territórios pesqueiros;
- Garantia de acesso a educação (de todos os níveis) para o campo, facilitando a vida e rotina das mulheres camponesas, incluso a isso políticas que assegurem assistência estudantil (a exemplo de creches).

EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

- Garantir a inclusão dos estudos de gênero e diversidade sexual no currículo.
- Estabelecer parcerias com a união e com os municípios no sentido de garantir a universalização do acesso à creche pública para que as mães tenham oportunidades trabalho, estudo e lazer.
- Criação de um programa formativo e permanente voltado para os profissionais da educação e saúde, versando sobre temas como gênero, cultura do estupro, misoginia, patriarcado, identidade de gênero, diversidade sexual etc, com o objetivo de combater e prevenir práticas machistas e preconceituosas.
- Reconhecimento pela SEDUC da identidade de gênero de pessoas trans na educação básica.
- Elaboração de cartilha que trate sobre assédio sexual para ser distribuída nas escolas.
- Assegurar o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

SAÚDE

- Garantia ao Parto Humanizado, assegurando respeito, conforto e segurança para a gestante;
- Efetivação do programa de atendimento especializado, no SUS, para população de mulheres negras, LGBT e Indígenas;
- Garantia de acesso e atendimento do SUS às Bases Assentadas do MST e de ocupações de moradias e criação de uma rede estadual permanente de atenção e promoção da saúde das mulheres marisqueiras e em situação de vulnerabilidade.
- Garantia plena de acesso a saúde pública, incluindo exames e consultas, em curtos prazos;
- Valorização da lei 10.216/01 que assegura os direitos e a proteção das pessoas com transtorno mental e/ou dependência química, como também responsabiliza os Estados pelo desenvolvimento da Política.
- Garantia da valorização das trabalhadoras da saúde.